

Invasores

Militares que ocupam becos em Ceilândia decidem enfrentar operação de retirada. Liminar impede derrubada de 27 casas

vão resistir

JULIANA CÉZAR NUNES
DA EQUIPE DO CORREIO

Fotos: Wanderlei Pozzembom

Dez quadras de Ceilândia terão uma manhã de confronto. Os 730 policiais militares, funcionários da Secretaria de Segurança Pública e Serviço de Vigilância do Solo (Siv-Solo) destacados para derrubar construções em becos da cidade encontrarão resistência organizada dos invasores. Em reuniões realizadas ontem, a maior parte dos policiais militares, civis e bombeiros que ocupam 521 terrenos em Ceilândia decidiu enfrentar a operação de retirada. Eles vão se concentrar nos lotes em que há casas construídas e estão dispostos a servir de escudo humano contra tentativas de derrubada.

Apenas 27 famílias não terão, por enquanto, as casas demolidas. O desembargador Getúlio Moraes Oliveira, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, concedeu ontem à noite liminar impedindo a desocupação de 26 becos na área das quadras QNM de Ceilândia e de um terreno na QNN 21. O magistrado decidiu proibir a operação nos lotes porque os ocupantes não foram notificados pelo GDF de que deveriam sair dos terrenos. "Não há menção a que (as famílias) tenham sido previamente notificados quanto à desocupação dos imóveis", diz trecho da decisão. Três militares beneficiados também apresentaram termo de concessão de uso da área expedido pela Terracap.

Na manhã de ontem, com militares participaram de reunião na QNM 24 para decidir a estratégia de resistência. Nervosos, prometeram permanecer nas casas. "Só vamos sair presos", disse um policial militar com 17 anos de corporação que preferiu não se identificar. Após o encontro,



CLEUSA E FILHOS MORAM EM BECO DE CEILÂNDIA DESDE DEZEMBRO: DISPOSTOS A SERVIR DE ESCUDO HUMANO PARA DEFENDER CASA DE TRÊS CÔMODOS

policiais e bombeiros anunciaram que vão repetir algumas táticas usadas por colegas de Taguatinga na semana passada. Lá, invasores resistiram à desocupação de 118 terrenos tocando fogo em pneus e fechando parte da Avenida Hélio Prates, que liga Taguatinga a Ceilândia.

A decisão do desembargador não vai influir no movimento. "A liminar que beneficia as 27 famílias é uma injeção de ânimo para a nossa luta", avalia o ex-policial Aires Costa, presidente da Força Policial. Para ele, não é possível

impedir que se repitam as cenas de confronto da semana passada, durante os três de desocupação dos becos de Taguatinga.

"Atitude radical"

Comandante da operação na Ceilândia, o coronel Francisco Maynard afirma que seus homens estão preparados para enfrentar resistências. Ele calcula em três ou, no máximo, seis dias a desocupação de todos os becos. "Se eles resistirem, será pior para a situação deles", avisa Maynard. O coronel está disposto a conversar

com as famílias e convencê-las a sair dos becos. "A minha grande preocupação é a de que uma atitude radical acabe por atrasar a criação de uma vila militar."

A desocupação dos becos será acompanhada pelo coronel Flávio Camargo, corregedor da Polícia Militar. Na semana passada, ele participou da abertura de centenas de Inquéritos Policiais Militares para avaliar o comportamento dos policiais invasores. A conclusão dos inquéritos está prevista para acontecer nos próximos 40 dias.

As punições podem variar de simples advertência verbal até a expulsão da corporação. Os policiais e bombeiros que hoje enfrentam o governo na Ceilândia estão conscientes desses riscos. Alegam que lutam pelo direito à moradia. Querem que seus casos sejam tratados como um problema social. "A gente reconhece que as invasões envolvem um aspecto social", diz o corregedor. "Mas a ordem precisa ser restabelecida."

COLABOROU MARIANA CERATTI

Saída antecipada

A ameaça de separação fez a dona-de-casa Léia Santos Silva, 28 anos, retirar móveis, vaso sanitário e janelas da casa construída em um beco da QNM 24, na Ceilândia. O marido de Léia, policial militar, nunca concordou com a invasão do lote. Sequer ajudou a mulher na construção dos dois cômodos onde a família morou nos últimos dois meses. As obras e compras — calculadas em R\$ 7 mil — foram coordenadas por Léia. A instalação do telefone, luz e energia também ficou a cargo dela.

Diante das ameaças dos superiores e da iminente operação de derrubada, o marido de Léia exigiu que mulher fosse com ele e os filhos para a casa da mãe. Os dois cachorros das crianças te-

rão que ser doados. Não há espaço para eles no lar provisório. "Desiste de insistir sem ninguém para me apoiar. Não posso sacrificar a minha vida e a dos meus dois filhos aqui", desabafa a dona-de-casa, com lágrimas no rosto e terço na mão. "Amanhã, virei para assistir a derrubada e ter certeza de que ninguém usará um tijolinho meu."

Léia chegou a entrar com um pedido de liminar na Justiça, mas não foi atendida. Durante os 60 dias em que morou na quadra 24, contou com a ajuda de vizinhos, satisfeitos com a ocupação do beco. Entre eles, Augusta Maria de Moura, 66 anos, moradora há 20 anos da quadra 24. "Toda semana vejo bandido que assalta ônibus



LÉIA TIROU O QUE PÔDE DOS BARRACOS: MARIDO, PM, TEME PUNIÇÃO

passando aqui com arma na mão", conta a senhora.

Risco assumido

O mesmo dizem os vizinhos de um policial militar de 38 anos

que invadiu um beco na QNM 6 em dezembro do ano passado. Ele mudou-se para o local com a mulher e os três filhos depois de ser despejado pelo dono da casa onde morava.

Endividado e sem dinheiro para custear o aluguel, resolveu seguir o exemplo dos colegas e invadiu um beco. Conseguiu construir a casa de quarto, sala e banheiro com R\$ 3,5 mil.

"Como estava na segunda de lista de pessoas que deveriam ser beneficiadas, pensava que logo ia regularizar a minha situação", conta o policial. Ele está disposto a arriscar os 17 anos de corporação permanecendo esta manhã na casa em companhia de toda a família. Sua mulher, Cleusa Maria de Almeida, 38 anos, aprova a decisão do marido e ameaça: "Se tirarem a gente daqui, vamos ficar com todas as nossas coisas bem no meio da rua."

ENTENDA O CASO

Rapidez nas invasões

— Em 1997, durante o governo Cristovam Buarque, foi sancionada a Lei Complementar 29 que autoriza a distribuição de becos para bombeiros, policiais militares e civis.

— Bombeiros e policiais impacientes com o ritmo de distribuição dos lotes começam a invadir becos em Ceilândia e Taguatinga no final do ano passado. Em junho, mais de 400 terrenos são ocupados em apenas uma semana.

— Com a pressão dos invasores, o governador Joaquim Roriz reinicia a distribuição dos becos para inscritos no cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação. No dia 21 de julho, 700 lotes são distribuídos em seis cidades.

— Na última semana de julho, invasores continuam a construir nos becos. Corretores de imóveis reclamam que a ocupação irregular provocou a desvalorização dos terrenos vizinhos aos becos.

— No dia 1º de agosto, uma sexta-feira começa a desocupação em Taguatinga. A resistência dos moradores dura 12 horas e poucos barracos são destruídos. Na segunda-feira, a operação é retomada. Um dia depois, 118 terrenos e 109 edificações estavam liberados.

— Na quarta-feira, o juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública do DF, Esdras Neves, permite, por meio de liminar, que quatro bombeiros voltem aos terrenos ocupados na QNJ de Taguatinga. Na sexta-feira, a desembargadora Haydevalda Sampaio acata pedido da Procuradoria Geral do DF e cassa a liminar concedida pelo juiz.

— Ontem, o desembargador Getúlio Moraes de Oliveira autorizou 27 famílias a permanecerem em becos de Ceilândia.